

Brasil Economia e democracia

Há 30 anos, seria difícil a um empresário brasileiro visualizar a magnitude do acordo de fusão entre a General Elétric e a RCA, o qual permitirá a criação de conglomerado que empregará 400 mil pessoas e terá um volume de negócios de 40 bilhões de dólares anuais. Hoje, não é tão difícil ter a imagem do que seja isso, desde que sejam capazes de guardar as proporções necessárias entre empresas que pertençam a uma economia cujo PIB se mede por trilhões de dólares e outra que registra modesta agregação de menos de 300 bilhões (sendo, apesar disso, a oitava economia do mundo). Pode conceber-se a fusão em questão porque existem empresas no Brasil que têm estruturas administrativas e sobretudo pessoal capazes de manejar números dessa grandeza.

O processo que permitiu aos homens de empresa brasileiros chegar a esse nível de entendimento foi lento, mas, tudo indica, seguro. Em boa medida, essa solidez decorreu de que, malgrado todas as dificuldades que se antepuseram ao progresso econômico, a iniciativa privada soube impor-se aos burocratas de turno, que desde sempre buscaram impedir o desabrochar da livre empresa. Apesar do Estado patrimonialista e do espírito "cartorial" que nos governa em 1985, já existem no Brasil empresas — nacionais ou de capital estrangeiro, todas nacionais pela submissão à lei, pelo espírito de compromisso e pela compreensão que seus dirigentes desenvolveram das coisas — capazes de pensar em escala mundial, tal como os dirigentes da GE ou da RCA. A economia brasileira internacionalizou-se — e isso é prova de que amadureceu.

Esse amadurecimento obriga, no entanto, a que as empresas privadas se mantenham sempre em guarda contra a mentalidade estatizante, em primeiro lugar, e contra um outro tipo de pensamento mais social do que econômico, voltado contra a economia de escala e propenso a ver nos grandes conglomerados industriais os inimigos naturais do individualismo. A História norte-americana testemunharia contra

essa maneira de pensar. Se há casos, nos Estados Unidos, em que a fusão de empresas trabalhou contra a concorrência, o mercado e o consumidor, não se deve esquecer que na defesa dos três se ergueram instrumentos legais que até hoje impedem a cartelização e a trustificação. A própria fusão da GE com a RCA deverá ser aprovada para que se torne efetiva — pois princípio fundamental do espírito norte-americano é defender o consumidor, garantindo a concorrência.

Há de ver, por outro lado, que a formação de conglomerados contribuiu em boa medida para que se desse a mudança básica do perfil do acionista das empresas norte-americanas. Não se está mais diante de empresas controladas por um ou dois grupos, mas sim de empreendimentos realmente abertos, com ações vendidas nas bolsas de valores, compradas por pessoas físicas ou por essa instituição de criação recente que são os fundos de pensão, muitos deles administrados por trabalhadores, quando não de propriedade deles. Dá-se, assim, o caso de grandes empresas terem seu capital controlado por uma miríade de particulares e por fundos de pensão de seus próprios trabalhadores. Essa circunstância permitiu que a luta por melhores salários fosse temperada pela visão do futuro: a aposentadoria é garantida não por um INPS falido, mas por fundos de pensão, que vivem da rentabilidade das empresas em que se trabalha, o que facilita extraordinariamente as negociações salariais.

A internacionalização da economia brasileira está hoje na ordem do dia. E dela depende, em boa medida, o futuro da democracia no País. Realmente, se o governo Sarney não conseguir levar a cabo com proficiência, rapidez e energia os propósitos privatizantes do chefe de Estado, não se concebe como conseguirá ele vencer a batalha do déficit público, da perspectiva econômico-financeira, e derrotar a oligarquia e o nacional-oligarquismo, do ponto de vista político-social. A tarefa não é fácil como parece ao ser anunciada; num mundo em que os países industrializados buscam por todos os meios prote-

ger suas indústrias, criando incentivos que condenam de boca cheia no Gatt, ou erguendo barreiras alfandegárias que desejam destruir nos países como o Brasil, será difícil conciliar os interesses do desenvolvimento econômico e da liberdade de empreender com os interesses "cartoriais" já estabelecidos no próprio seio da iniciativa privada. Com certeza, uma maneira de vencer as dificuldades será impedindo o florescimento dessa erva daninha que é o nacional-oligarquismo; e uma das maneiras mais eficazes de erradicá-la é privatizar a economia, isto é, transferir para o setor privado aquelas atividades econômicas do Estado que não estejam protegidas pelo mandamento constitucional ou legal do *monopólio*.

A fusão da GE com a RCA só se pôde dar porque nos Estados Unidos existe uma coisa que se chama *mercado*, e porque lá se acredita nela. O essencial para o futuro da democracia brasileira — que é representada também pela implantação de uma real igualdade das oportunidades — é que se acredite no *mercado* já existente, responsável pelo surto de desenvolvimento que torna possível aos homens de empresa visualizar o que seja um negócio que produz 40 bilhões de dólares por ano, possui 400 mil empregados e, apesar disso, é administrável e, por sê-lo, é rentável. Se não se fizer fé no *mercado*, privatizando-se as empresas estatais, tudo o que se disser sobre a democracia e as mudanças será mera retórica.

A crença no mercado e a privatização das empresas estatais é o caminho que permitirá o triunfo das forças democráticas. Pretender realizar uma "privatização" a partir do princípio de que há empresas que devem ser estatais porque estão ligadas à "segurança nacional", ou porque o Estado tem a obrigação de dar à livre iniciativa uma infra-estrutura de serviços, é pretender continuar com os "cartórios" e com o governo dos oligarcas, que de dentro dessas empresas intocáveis acabam dirigindo o Estado e subordinando, hoje como ontem, o presidente e seu Ministério a seu insaciável apetite por cada vez mais, mais e mais dinheiro.